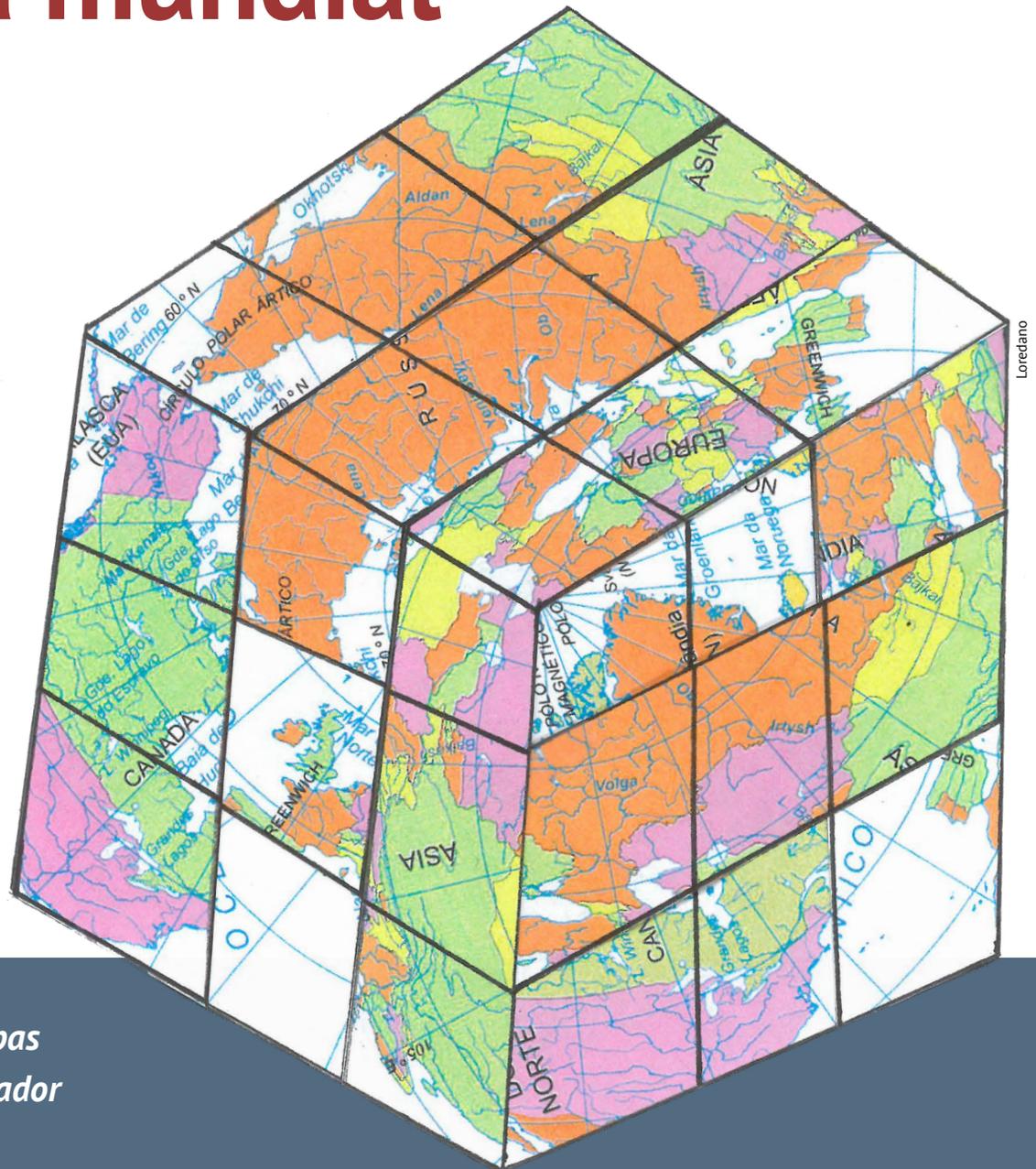


Mudanças na economia mundial

Leonardo Leite, Marcio Pochmann, Rubens R. Sawaya, Vanessa Petrelli Corrêa, Andrés Ferrari Haines, Marcelo Pereira Fernandes, Elias Jabbour, Numa Mazat e Cristina Fróes de Borja Reis debatem as mudanças na economia mundial, fruto da reconfiguração geopolítica ocasionada pela guerra na Ucrânia.



Aliedo Kammar: seleção de capas emblemáticas do grande ilustrador no Jornal dos Economistas

Mudanças na economia mundial

■ A guerra na Ucrânia provocou rupturas e rearranjos na ordem global e acelerou processos já em curso, tudo isso com impactos na economia mundial e brasileira, que analisamos nessa edição.

Leonardo Leite, da UFF, afirma que a globalização como a conhecemos ficou para trás. A crescente dependência econômica do Sul Global com a China entra em contradição com a dependência geopolítica em relação a EUA, Europa e Japão.

Marcio Pochmann, da UFABC e Unicamp, acredita que a década de 2020 pode marcar o ponto de virada do centro dinâmico mundial do Ocidente para o Oriente e que o Brasil pode perder o bonde. Mas temos capital interno, terras férteis e mão de obra para sair da decadência.

Rubens Sawaya, da PUC-SP, avalia que a crise no sistema hegemônico norte-atlântico e na acumulação de capital das corporações e a ascensão da China são os elementos que levam a Otan a ocupar territórios para frear a expansão chinesa para o Ocidente em parceria com a Rússia.

Vanessa Petrelli, da UFU, destaca que o congelamento das reservas da Rússia favoreceu o avanço de contratos em moedas alternativas e o aparecimento de novas institucionalidades envolvendo países periféricos, mas a curto prazo o dólar ainda está no centro do sistema.

Andrés Ferrari, da UFRGS, e Marcelo Fernandes, da UFRRJ, ressaltam que os EUA têm o privilégio de imprimir dólares. Desde que Nixon abandonou a conversibilidade em ouro do dólar, ele continuou sendo a referência de preços. Mas a percepção é que "o rei" começa a ser desafiado.

Elias Jabbour, da Uerj, aponta que os objetivos do imperialismo dos EUA, além do poder mundial, são enfrentar e destruir o socialismo (China) e projetos nacionais autônomos (Rússia, em especial). O futuro do mundo passa pela consolidação do socialismo na China e a incorporação soberana do território russo ao seu espaço econômico.

Numa Mazat, da UFRJ, e Cristina Reis, da UFABC, apresentam um histórico da economia russa pós-URSS. As sanções prometem atingir duramente o país, apesar da sua já estabelecida aproximação com a China, e aprofundar ainda mais seu processo recente de estagnação econômica.

Sumário

Economia mundial

Conflito no sistema imperialista abre longa era de tensões..... 3

Leonardo Leite

Economia mundial

Nova ordem mundial 5

Marcio Pochmann

Economia mundial

Hegemonia mundial em disputa – oportunidade ou ameaça?7

Rubens R. Sawaya

Economia mundial

Cenário de futuro e a hegemonia do dólar 9

Vanessa Petrelli Corrêa

Economia mundial

A moeda do brutamontes – Por que a Guerra na Ucrânia está colocando em dúvida a hegemonia do dólar? 12

Andrés Ferrari Haines e Marcelo Pereira Fernandes

Economia mundial

Sobre o futuro de um mundo incerto..... 15

Elias Jabbour

Economia mundial

As circunstâncias da guerra: a questão da estagnação da economia russa..... 17

Numa Mazat e Cristina Fróes de Borja Reis

Homenagem a Aliedo Kammar 19

O Corecon-RJ apoia e divulga o programa Faixa Livre, veiculado de segunda a sexta de 8h às 10h na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 kHz. Você também pode ouvir os programas pelos sites www.aepet.org.br/radioavivo.html e www.programafaixalivre.com.br, canal no Youtube, Facebook, Instagram, podcast no Spotify, Deezer, Castbox e SoundCloud e aplicativo gratuito.

Jornal dos ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Sidney Pascoutto da Rocha, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Marcelo Pereira Fernandes, José Antonio Lutterbach Soares, Wellington Leonardo da Silva, Paulo Sergio Souto, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes e Fernando Machado. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Ilustração:** Aliedo. **Revisão:** Bruna Gama. **Fotolito e Impressão:** Edigráfica. **Tiragem:** 15.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: Flávia Vinhaes Santos. **Vice-presidente:** José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2020-2022) Arthur Camara Cardozo, Marcelo Pereira Fernandes, Sidney Pascoutto da Rocha - 2º TERÇO: (2021-2023) Antônio dos Santos Magalhães, Flávia Vinhaes Santos, Fernando D'Angelo Machado - 3º TERÇO: (2022-2024) Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Antonio Melki Júnior, José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2020-2022) Gustavo Souto de Noronha, João Hallack Neto, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2021-2023) Cesar Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno - 3º TERÇO: (2022-2024) José Ricardo de Moraes Lopes, Cliciano do Couto Oliveira, Antonio Jose Alves Junior.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21) 2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2017/2020

Coordenação de Assuntos Institucionais: Antonio Melki Júnior, Cesar Homero Fernandes Lopes, Sidney Pascoutto da Rocha (Coordenador Geral) e Wellington Leonardo da Silva.

Coordenação de Relações Sindicais: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gilberto Caputo Santos, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes.

Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: André Luiz Silva de Souza, Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach Soares e Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos.

Conselho Fiscal: Jorge de Oliveira Camargo, Luciano Amaral Pereira e Regina Lúcia Gadioli dos Santos.

Conflito no sistema imperialista abre longa era de tensões

Leonardo Leite*

■ A guerra na Ucrânia e o estreitamento da aliança sino-russa são sintomas de um mundo em transformação e o indício de que entramos em uma longa era de tensões. A globalização como a conhecemos ficou para trás. Certamente não estamos na melhor época para previsões, mas, mesmo assim, é possível tentar descrever as tendências que estão em marcha se observarmos que não chegamos aqui por acaso. Nem a guerra comercial entre Estados Unidos e China, muito menos a guerra no leste europeu são acidentes de percurso. Ao contrário, os conflitos econômico e militar parecem ser desdobramentos das contradições internas ao sistema imperialista que apareceram com a crise de 2007-2008 e, desde então, se desenvolveram até chegar ao estágio atual.

Mirando para as consequências do conflito mais recente, as sanções econômicas e financeiras contra a Rússia são tentativas de reforçar seu isolamento internacional. Do bloqueio dos ativos denominados em moeda estrangeira do Banco Central russo à expulsão dos seus principais bancos do sistema Swift, as sanções pretendem sufocar a economia russa com a escassez no acesso a dólares e euros. Por mais que a Europa se veja numa sinuca de bico em função da dependência do petróleo e gás russo – motivo pelo qual as sanções nesses itens sejam muito mais vagarosas e a Rússia tenha o poder de barganha de exigir pagamentos em rublo –, os movimentos ocidentais contra a Rússia focam em inibir que suas empresas estabeleçam comércio e investimento inter-

nacionais para diminuir a circulação de dinheiro internacional entre suas fronteiras.

A disposição dos Estados Unidos em isolar a Rússia parece tão forte a ponto de colocar em xeque as instituições criadas por eles próprios no processo de reconstrução do pós-Segunda Guerra Mundial. Por exemplo, o bloqueio de aproximadamente 40% das reservas cambiais russas mostra uma lição que Venezuela e Irã já aprenderam: o livre acesso aos ativos nomeados em moeda estrangeira de seus próprios bancos centrais depende de sua posição na geopolítica global. É muito grave, pois ameaça o fundamento do Sistema Monetário Internacional contemporâneo: a confiança de todos os *players* nas regras do jogo¹. O paradoxo é que os criadores, líderes e maiores beneficiários do sistema são os que o estão colocando sob tensão.

Todo o período de liderança indiscutível dos Estados Unidos no sistema imperialista é marcado pela crescente importância do comércio internacional como proporção da produção mundial. Se em 1947 as exportações globais representavam aproximadamente 6% do PIB mundial, essa taxa passa para mais de 20% em 2007, com crescimento ininterrupto e exponencial a partir dos anos 1980. A partir de 2008, contudo, o comércio mundial estagnou. Muito antes do reavivamento hostil das políticas nacionalistas de extrema direita, como o *America First* de Donald Trump, as grandes corporações transnacionais já haviam desidratado o comércio exterior.

Paul Krugman, na época, acusou Trump de ignorante. Disse também que a imposição unilateral de tarifas, que daria início à guerra comercial contra a China, seria res-

ponsável por dismantlar o sistema de comércio internacional. Contudo, se em 2017 o imperialismo estadunidense colocava o sistema de comércio sob tensão e agora, em 2022, faz o mesmo com o sistema monetário, é porque tem algo muito mais profundo do que a simples ignorância de um presidente. Para entender esse processo, devemos buscar as forças materiais que empurraram o sistema para essa direção.

Existem duas forças atuando paralelamente, coincidentes com o período de interrupção do crescimento do comércio mundial e com a longa depressão do século XXI, expressão do economista Michael Roberts para designar o período que se abre com a crise de 2007/2008, marcado pela baixa histórica nas taxas de lucro. Uma primeira força é o avanço das empresas chinesas. Em 2001, por exemplo, quando a China entra para a Organização Mundial do Comércio, mais de 80% dos países comercializavam mais com empresas estadunidenses do que chinesas. Em 2018, por outro lado, o quadro é completamente oposto, com a China sendo o principal parceiro comercial de 128 dos 190 países da base de dados do FMI. O ponto de virada foi justamente em 2007 e 2008, quando mais da metade dos países passa a ter o país oriental como seu principal parceiro comercial.

O avanço chinês no comércio internacional está articulado com o avanço de empréstimos, financiamentos e investimentos diretos no exterior. A expansão notável da exportação de capitais chineses aumenta os laços econômicos (e geopolíticos) entre a China e os receptores desses investimentos



ao redor do mundo. Embora ainda não posua o maior estoque de investimento direto no exterior, em 2020 o fluxo de capitais chineses para o exterior foi o maior do mundo.

Ao mesmo tempo, estamos assistindo um processo de transformação tecnológica estrutural nos processos de produção e distribuição de mercadorias, que é a segunda força que empurra o sistema para uma era de conflitos. A Quarta Revolução Industrial tende a gerar efeitos disruptivos sobre o comércio internacional. Inteligência artificial, internet das coisas, robótica e automação, 5G, *blockchain* e impressoras 3D são tecnologias capazes de revolucionar processos de trabalho em muitos setores. Estamos diante de uma revolução no valor das mercadorias, com o avanço radical dos investimentos em capital constante e abrupta redução relativa da necessidade de força de trabalho.

Em períodos de mudança radical na base técnica dos processos produtivos, a concorrência entre as grandes corporações capitalistas tende a se acirrar, porque quem larga na frente tende a ganhar mais. Quanto mais cedo as empresas adaptarem seus processos produtivos às novas tecnologias disponíveis, maior a possibilidade de redução de custos, de gerar lucros extraor-

dinários para si e capacidade ociosa para as demais. Não é coincidência que o fundamento da guerra comercial em curso, posta por Donald Trump e seguida por Joe Biden, seja a guerra tecnológica do 5G, que permitirá operacionalizar em grande escala essa “revolução de valor”. A disputa geopolítica entre Estados Unidos e China parece ter como fundamento último a apropriação dos futuros fluxos internacionais de valor. A situação atual deixa cristalina a simbiose – muitas vezes oculta pela teoria econômica – entre capitais e Estados.

A pandemia de Covid-19 acelerou o movimento de choque entre as placas tectônicas do sistema imperialista. Até então, as batalhas eram travadas em torno de tarifas protetivas e retaliações comerciais em produtos específicos. No ápice da crise sanitária global, países geopoliticamente relevantes competiam entre si por insumos farmacêuticos, equipamentos médicos e equipamentos de proteção individual, como na disputa entre Alemanha e Estados Unidos por carregamentos vindos da China. Reabilitava-se sem constrangimentos políticas protecionistas e de defesa das indústrias nacionais. Inclusive no plano de investimentos do governo Biden, por exemplo, ativa-se a política de con-

teúdo local, com as empreiteiras tendo que utilizar aço produzido nos Estados Unidos na execução das obras de infraestrutura.

Com a guerra na Ucrânia, por sua vez, atinge-se uma camada de confrontação geopolítica acima dos conflitos que, até então, se concentravam na camada econômica do sistema. O acirramento das rivalidades militares parece se fortalecer. Sob o guarda-chuva do poderio militar dos Estados Unidos, Finlândia e Suécia, por exemplo, com tradicionais posições de neutralidade, cogitam ingresso na Otan e a Alemanha rediscute o fortalecimento de seu sistema de defesa. Por outro lado, sinalizações de ruptura da liderança estadunidense ocorrem, por exemplo, quando a Índia declara neutralidade ou quando a Arábia Saudita cogita vender petróleo à China por yuan.

Em síntese, existem claros sinais de que a base do sistema imperialista avançou em um passo insuportável para a superestrutura do sistema. A crescente dependência econômica do Sul Global com a China entra em contradição com a dependência geopolítica em relação a Estados Unidos, Europa e Japão. A novidade de agora, impulsionada pelas transformações tecnológicas, é que as contradições se transformam em conflitos. Entramos em uma longa era de conflitos internacionais alimentada pela tensão entre as lógicas econômica e geopolítica do imperialismo, as quais atravessam ortogonalmente o conflito global entre capital e trabalho, que explode em escala mundial.

** É doutor em Economia e professor na Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense, onde atua nas áreas de Economia Brasileira, Desenvolvimento Econômico e Economia Política.*

1 Ver, a esse respeito, As sanções à Rússia e o sistema monetário internacional: para onde caminhamos?, de Adriano Sampaio, publicado no Jornal GGN em 07 de abril de 2022.



Nova ordem mundial

Marcio Pochmann*

■ A década de 2020 pode marcar o ponto de virada do centro dinâmico mundial do Ocidente para o Oriente. Isso porque nos últimos cinco séculos, o projeto de modernidade ocidental, iniciado pelo Renascimento e Iluminismo, propagou-se por trezentos anos através do colonialismo e por dois séculos pelo capitalismo.

Antes disso, pelo menos até 1453, quando a queda de Constantinopla interrompeu as antigas rotas de seda, o que havia de mais avançado no mundo se situava nos impérios Hindu e do Meio (chinês). O comércio entre a primitiva Europa e a avançada Ásia durante a antiga Era Agrária era a forma principal pela qual o mundo se organizava.

Mas a partir do século 16, a centralidade mundial ocidental passou a ser constituída de forma inédita. Sob o colonialismo, a dominação europeia se fazia diretamente pela presença física do Estado metropolitano no território colonial em várias partes do planeta.

O contrário, contudo, foi sendo exercido pela força do capitalismo. Através da internacionalização do capital, expressa pela formação de grandes empresas, como as corporações transnacionais e as indústrias financeira e cultural, a dominação transcorreu de formas cada vez mais sofisticadas.

A governança nos países líderes dos dois mundos

A emergência da Revolução Russa, em 1917, representou uma primeira cunha no projeto de modernidade ocidental, que conviveu com o desastre de duas grandes Guerras Mundiais (1914-1918 e 1939-1945). Na sequência, a Guerra Fria, entre os anos de 1947 e 1991, assumiu a centralidade ocidental do estancamento possível ao expansionismo soviético.

Dois mundos completamente distintos se conformaram. De um lado, a defesa da sociedade igualitária com forte ênfase social pelo

bloco comunista liderado pela União Soviética. De outro, o bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos. Um capitalismo organizado e reformado para incluir as demandas do conjunto da sociedade, especialmente do pleno emprego e da elevação do padrão de vida fundamentado no Estado de bem-estar social.

Por trinta anos após a Segunda Guerra Mundial, dois mundos conviveram em relativa bonança. Mas nem tanto, pois cada um dos dois blocos de países se encontrava diante de problemas internos graves a administrar, além dos conflitos externos no chamado Terceiro Mundo.

Nos Estados Unidos, por exemplo, os problemas internos dos anos de 1960 e a luta contra a pobreza e a guerra, bem como a favor dos direitos humanos. Na década de 1970, as três derrotas estadunidenses foram cruciais para demarcar o início da decadência hegemônica, percebidas pelo fim da conversibilidade do dólar ao ouro (1975), a perda na guerra do Vietnã e a ascensão do islamismo no Oriente Médio, com a vitória da Revolução Iraniana (1979).

Na União Soviética, a situação não era menos complexa na administração do bloco comunista. Em 1956, a Revolta Húngara expressou o descontentamento com a censura e a baixa liberdade de expressão. Em 1968, os soviéticos reprimiram a proposta de um socialismo de face humana da Primavera de Praga.

Entre 1981 e 1983, a lei marcial foi imposta na Polônia com vistas aos distúrbios rebeldes e contestatórios à dominância soviética. Em 1989, a queda do Muro de Berlim expôs as debilidades da presença soviética na Alemanha Oriental.

Diante da fragilidade interna e externa nas duas nações líderes de seus respectivos blocos de países, a reestruturação política e econômica foi estabelecida a partir da década de 1980. Na URSS, por exemplo, a reestruturação comunista proposta por Mikhail Gorbachev (1985-1991), denominada por perestroika (econômica) e glasnost (política), demonstrou



“

Por trinta anos após a Segunda Guerra Mundial, dois mundos conviveram em relativa bonança. Mas nem tanto, pois cada um dos dois blocos de países se encontrava diante de problemas internos graves a administrar, além dos conflitos externos no chamado Terceiro Mundo.

imenso fracasso, levando, inclusive, à dissolução do bloco soviético, em 1991.

No caso dos EUA, a reestruturação capitalista se mostrou exitosa. Iniciada pelo governo de Ronald Reagan (1980-1989), o neoliberalismo se fez dominante pela força da globalização conduzida por grandes corporações transnacionais apoiada pelo grandioso esforço fiscal de parte do Estado.

Para isso, o desmonte do capitalismo organizado e das reformas civilizatórias constitutivas do período pós-Segunda Guerra Mundial. A desigualdade crescente e a volta da pobreza e do desemprego em massa demonstraram o vigor da financeirização a valorizar o estoque da riqueza dos poderosos nos Estados Unidos e demais países a dotar o receituário neoliberal.

Menos de duas décadas do fim da Guerra Fria, desde o desmonte da antiga União Soviética, a unipolaridade estadunidense se deu conta de suas próprias fraquezas. A crise financeira global de 2009 explicitou o quanto o país líder do mundo se encontrava enfraquecido para a tarefa de conduzir a ordem mundial.

O Brasil diante do Terceiro Mundo

O Brasil, embora tenha se livrado do colonialismo com a independência nacional, em 1822, permaneceu resistindo ao modo de produção e distribuição capitalista por mais 66 anos. A decisão interna de prosseguir no regime escravista permitiu à monarquia prolongar o mercantilismo como expressão da força da oligarquia agrarista em face às debilidades internas de parte da burguesia nascente da época.

O ingresso tardio no capitalismo terminou consolidando-o como periferia do antigo sistema inglês. Ao final do século 19, a primeira onda de globalização (imperialista entre 1879-1914) conduzida pela financeirização desde a City londrina validou no Brasil o modelo primário-exportador dependente das importações da Era Industrial.

Na decadência inglesa, o Brasil se mostrou ágil, sobretudo com a Revolução de 1930, quando logo se afastou do padrão ouro-libra, estatizou a taxa de câmbio, básica no comércio externo, e realizou, com sucesso, a auditoria da dívida pública. Ao expor os privilégios do

agronegócio e do rentismo da época, a aliança com os sujeitos protagonistas do mercado interno (militares, empresários e trabalhadores) ganhou força suficiente para conduzir o projeto de urbanização e industrialização nacional.

Na condição do Terceiro Mundo, o Brasil soube aproveitar os ventos da primeira onda de desglobalização (1914-1980) após ter se acertado com o governo de Franklin Roosevelt (1933-1945) para obter o acesso à tecnologia e financiamento para internalizar, a partir dos anos de 1940, a indústria de base no Brasil (Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Álcalis, Fábrica Nacional de Motores).

Depois disso, o êxito da internalização da industrialização, com base na segunda Revolução Industrial, ainda do final do século 19, transcorreria em dois outros momentos. Durante o governo de JK (1956-1961), o Plano de Metas assegurou as condições políticas pelas quais o Brasil recepcionou o tripé do salto da inovação industrial.

Pelos investimentos externos, especialmente de grandes empresas europeias, adicionados à presença do capital privado nacional e estatal, a industrialização pesada se completou exemplarmente. Com o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1979), no Governo Geisel, o Brasil completou a estrutura produtiva interna com importante internalização de parte da denominada terceira Revolução Industrial.

Com parceria com o capital estrangeiro derivado da Alemanha e Japão, o Brasil avançou nas tecnologias nuclear e eletroeletrônica. Permitiu, assim, que se construísse a base importante da indústria de informática, com a formação de técnicos e mão de obra qualificada, além de produção de computadores e centrais de telefônicas avançadas para a época.

A crise da dívida externa, enquanto subproduto da reestruturação do centro do capitalismo mundial sediado nos Estados Unidos, coincidiu com o avanço da segunda onda de globalização a partir de 1980. A adoção do receituário neoliberal desde os anos de 1990, com o ingresso passivo e subordinado na globalização, constrangeu a viabilidade política da realização do conjunto de reformas previstas pelo movimen-



to de democratização nacional (programa Esperança e Mudança, de 1982).

O que se assistiu, a partir de então, foi a dominância neoliberal a deformar a sociedade urbana e industrial, submetida cada vez mais à condição de plataforma de financeirização do estoque de riqueza velha e à volta do modelo primário-exportador. Nesse sentido, o papel dos governos do ciclo político da Nova República se reduziu a gerir a massa sobrança da força de trabalho através do Estado social e policial, enquanto tentativa nacional de postergar a catástrofe geral.

Implicações da desglobalização e deslocamento do centro dinâmico mundial

Dependente do receituário neoliberal, o Brasil aprofunda a dependência do neoextrativismo, crescentemente na condição de grande periferia do expansionismo chinês a concretizar o soerguimento asiático. Nessa situação, o Brasil parece se acomodar na Divisão Internacional do Trabalho como importador de bens e serviços digitais.

Sem conseguir constituir uma nova maioria política antineoliberal, o Brasil pode perder a janela que se abre na década de 2020, para consagrar o polo regional do desenvolvimento para o segundo quarto do século 21. Mas isso somente a política pode responder, pois o país não tem problema econômico estrutural.

Tem capital interno disponível, um país a construir, terras férteis para plantar e mão de obra disponível. Fartos e suficientes ingredientes econômicos para permitir a saída do cenário da decadência que o aprisiona e o apequena. Só a grande política o pode libertar.

* É professor da Ufac e Unicamp.

Hegemonia mundial em disputa – oportunidade ou ameaça?

Rubens R. Sawaya*

■ A queda do muro de Berlim parecia dar vitória ao mundo imaginário neoliberal sob domínio hegemônico norte-atlântico (EUA e UE), com os EUA no controle político e militar sobre o mundo. Teria marcado a vitória da “civilização democrática” contra o “autoritarismo”. Esse novo mundo poderia abrir o espaço global para que as grandes corporações que constituem materialmente a fração de classe no poder e no controle do sistema norte-atlântico pudessem estender seu poder econômico e político livremente, um velho sonho do imperialismo clássico que estrutura a própria constituição do capitalismo enquanto sistema dominante.

A “civilização” eurocêntrica parecia ter vencido definitivamente os “bárbaros” e podia agora controlar o mundo. Na periferia do sistema, nos países “atrasados”, nas áreas dominadas pelos “selvagens”, estava liberada a entrada do capital civilizador. Enquanto os EUA e UE invadiam países árabes, os europeus viam a violência com naturalidade. Derrubar governos acusados de “autocratas”, invadir países habitados por “incivilizados” negros, de gente enrolada em panos, incitar “revoluções coloridas” para desestabilizar governos tornaram-se as formas permitidas de abrir espaço para o poder e controle das grandes corporações norte-atlânticas sobre mercados, sobre as matérias-primas, seja petróleo, alimentos ou outros minerais. A subordinação de países e continentes a esse novo arranjo institucional mundial, chamado singelamente de “globalização”, destruiu não apenas Estados-nação e suas instituições, mas relegou regiões e países inteiros à velha condição colonial primário-exportadora. O Brasil foi um deles e a Rússia foi outro, mesmo sendo um país europeu.

A queda da União Soviética e sua total subordinação à lógica neoliberal permitiu a entrega de suas grandes corporações às oli-

garquias, agora capitalistas, muitas delas constituídas por velhos membros do “partido”; entregou a Rússia ao capitalismo sem controle, tradicional nas periferias clássicas dominadas como a América Latina. Foi esse novo arranjo de poder criado pela onda de privatizações que resultou na “nova classe” que criou o próprio Putin, representante do novo capitalismo russo, atuando com a mesma lógica de poder bélico europeia da qual é parte.

Assim, os russos, como antigos eslavos europeus que são, em antagonismo tradicional com os “germânicos” de outro lado, reivindicam seu lugar na Europa, desafiando a construção do mundo dominado pelas grandes corporações dos EUA e da UE, as novas transnacionais, domínio que contribuiu para a destruição da estrutura produtiva russa com o neoliberalismo. Por um momento, a lógica bélica e imperialista europeia parecia ter estabilizado a Europa como centro hegemônico junto com os EUA. Agora parecia poder ocupar livremente os espaços do mundo, inclusive da antiga URSS, pela expansão contínua da Otan. A guerra atual revive a velha disputa pelo continente entre eslavos e germânicos, que criou o próprio sistema capitalista.

Capitalismo é um fenômeno europeu forjado na violência que caracteriza a convivência de diferentes povos que habitam a região diante de dificuldade de construir nações (Arendt, Hannah, “Origens do Totalitarismo”). Como aponta Frankopan, “os séculos que se seguiram à emergência da Europa como potência global foram acompanhados por uma contínua fusão e aumento da cobiça [entre] suas unidades políticas”. Neste processo, “o mais forte devorou o mais fraco. Competição e conflito militar eram endêmicos na Europa. Nesse sentido, os horrores que viriam no século XX tinham raízes no passado profundo”. Só na Europa poderiam surgir “obras seminais como *Leviatã* de Tomas Hobbes [que] foram essenciais para explicar” essa lógica.



“Só um autor europeu poderia ter chegado à conclusão” de que a natureza humana era o “constante estado de violência” (Frankopan, Peter “Uma nova história universal a partir da rota da seda”, 2019). A violência e suas bases imperialistas de “raça superior” em disputa entre os próprios europeus é muito mais brutal e incessante do que as precedentes na história oriental, lembra Frankopan.

A guerra atual é um fenômeno europeu e toma a forma de falência da “civilização”. Por isso é tão importante chamarem Putin de “louco”. A crise do sistema financeiro de 2008 foi talvez a primeira amostra do declínio do mundo neoliberal e globalizante sob a lógica hegemônica construída no após Segunda Guerra, coroada com a queda do muro. Esta guerra é o resultado da própria crise de acumulação de capital e das formas de apropriação de valor pelo controle monopolista e oligopolista sobre as cadeias globais de valor nas mãos do grande capital transnacional, crise materializada pela ascensão da China. A tradicional maneira de manter o poder hegemônico pela expansão da Otan e a resposta bélica russa são o resultado da crise desse arranjo dos EUA e UE, de seu objetivo de controle político e econômico sobre o mundo. É a manifestação da crise do próprio arranjo hegemônico.

A China, apesar de sua aliança explícita de cooperação com a Rússia, não quer interferir numa guerra entre europeus, no quintal da Europa, em sua disputa interna pela hegemonia, uma guerra incitada pelos norte-americanos, que detêm o comando da Otan, e revida-

da de forma irresponsável pelos russos, pouco afeita às estratégias chinesas. Claro que, entre mortos e feridos nesta guerra fratricida, quem deve se fortalecer é a China e o bloco econômico oriental que se constituiu em torno dela.

A China entrou silenciosamente no capitalismo global, seguindo sua arte de ocupar os espaços sem o estilo bélico que caracteriza o capitalismo. Compreendeu muito bem a lógica do imperialismo clássico norte-atlântico que, inebriado pela queda do muro de Berlin, imaginava estar no controle do mundo, podendo expandir seus braços produtivos, ávidos por extrair valor em todos os cantos do mundo. Assim a China aproveitou-se de forma estratégica dessa onda globalizante, atraiu o grande capital transnacional para suas fronteiras e sob seu controle, se colocou no centro das cadeias de valor globais e desestabilizou a estrutura de poder.

A China se tornou um dos maiores produtores de industrializados e o maior exportador do mundo. Das exportações mundiais, a China responde por 16%, UE 15% e EUA 10%. Juntos, China, Coreia do Sul e Japão respondem por 25% das exportações mundiais (dados de 2018). É também o segundo maior importador do mundo (10%), atrás dos EUA (12%). Ascendeu para os ramos de mais elevada tecnologia, cada vez mais sob seu domínio. A UE, assim com os EUA, não apenas depende das fontes de energia russas, mas tornou-se também dependente estrutural da China. A UE exporta 4% para Rússia e 9% para a China. Importa 7% da Rússia e 19% da China (Eurostat, 2019), em grande parte máquinas e equipamentos. O mundo foi estruturalmente reconfigurado.

Há tempos o Estado norte-americano tenta trazer de volta as estruturas produtivas terceirizadas na China, sem sucesso. Descobre que as grandes corporações são movidas pelo lucro e não respeitam as estratégias geopolíticas de Estados. Ao contrário, neste mundo neoliberal ocidental, são elas que ditam as estratégias geopolíticas do Estado, exacerbando a lógica do imperialismo clássico. Claro, estão descontentes com o grau de autonomia e controle que o Estado chinês – Estado que não conseguem controlar e por isso o acusam de “autocrático” – exerce sobre elas,



sobre a estrutura produtiva e por isso incitam os Estados nacionais dos EUA e UE a enfraquecer o poder do Estado chinês. Mas, para desespero do tradicional jogo imperial norte-atlântico, a lógica de poder da China não envolve a ação militar do tipo revide russo. A crise no sistema hegemônico norte-atlântico e na acumulação de capital das corporações sob as asas dos EUA e EU e a ascensão da China como poder hegemônico oriental são os elementos que levam a Otan a ocupar territórios na tentativa de frear a expansão chinesa para o ocidente em parceria com a Rússia.

O Brasil, o oposto da China, subordinou-se totalmente à lógica do processo de acumulação global de capital sob comando das grandes corporações transnacionais do sistema norte-atlântico, principalmente a partir das políticas neoliberais dos anos 1990, que retiraram o Estado dos setores estratégicos. Nossas “elites”, em sua posição subalterna a essa lógica global, em sua defesa cega da globalização e do neoliberalismo, nunca se deram conta de que estavam sendo postas de lado pelo radical processo de desindustrialização. Abriram mão do controle sobre setores estratégicos.

Os bancos nacionais se contentaram em ganhar dinheiro intermediando a entrega da economia nacional ao capital estrangeiro, sonhando que terão espaço para ganhar dinheiro em um país que vê sua economia reduzida à tradicional colônia primário-exportadora, mas que no final avançam apenas sobre o recurso público.

O resultado só poderia ser uma sociedade empobrecida que abriu mão de sua soberania e capacidade de ação autônoma. Tristemente, nossas elites defendem apenas políticas fundadas na atração dos capitais estrangeiros como estratégia de desenvolvimento, esperando pateticamente uma salvação do além, de fora, do grande “Outro” salvador.

A única solução para o Brasil seria abandonar essa posição de quem espera solução milagrosa externa; retomar o controle de setores estratégicos, principalmente petróleo e energia, que possuem poder dinâmico multiplicador sobre a economia e o emprego; desfazer as chamadas “reformas”, que não passaram de um trator *bulldozer* devastador para aplainar o terreno, acreditando que assim atrairia salvadores externos para ocupar o espaço vazio. Sem estratégia bem elaborada e planejada, não há solução. Como demonstra a experiência chinesa, não é possível nem mesmo atrair o capital estrangeiro, que, ao contrário, vem deixando há tempos o Brasil por conta da destruição do seu mercado interno e de sua classe média.

A revolução pela qual passa o mundo com a crise hegemônica, a crise da globalização e do neoliberalismo como fenômenos mundiais abre a oportunidade para o desenho de novas estratégias no Brasil. Claro, sem modificar as estruturas de poder que dominam o debate na imprensa, que alçam os economistas que propagandeiam o discurso das reformas que vêm destruindo o país, não haverá solução. Sem mudanças, não seremos capazes de aproveitar a onda de transformações internacionais, nem sequer entendê-las, a fim de promover o crescimento e desenvolvimento.

** É professor do Departamento de Economia e da Pós-graduação em Economia Política da PUC-SP e autor de Subordinated Development, transnational capital in the process of accumulation of Latin America and Brazil, Brill/Hymarket, 2018-19.*



Cenário de futuro e a hegemonia do dólar

Vanessa Petrelli Corrêa*

■ No momento em que se avizinha a eleição presidencial no Brasil e quando vamos analisar os possíveis cenários de futuro, o ambiente das finanças globais é um tema central, que gera limitações para a implementação de políticas autônomas e nacionais em países periféricos. Considerando o ambiente das finanças internacionais na atualidade, gostaríamos de destacar nesse breve artigo uma questão que tem se apresentado largamente, especialmente a partir do avanço da guerra da Rússia x Ucrânia. Refere-se ao questionamento quanto à manutenção do papel hegemônico do dólar no Sistema Monetário Internacional, levantando-se também o fato de que estaria emergindo uma mudança na arquitetura financeira internacional.

No contexto da invasão russa contra a Ucrânia, a resposta rápida dos países hegemônicos ocidentais se deu no sentido de se implementar uma série de sanções comerciais e financeiras contra a Rússia. No *front* financeiro essas sanções foram profundas e envolveram a negação do acesso ao governo russo e a seus cidadãos a moedas estrangeiras, em particular o dólar, que domina o comércio e os movimentos financeiros globais.

Destacamos duas dimensões financeiras importantes das sanções impetradas: (i) a ação de desconectar os bancos russos do Sistema Swift e, (ii) a ação de congelar as reservas internacionais da Rússia. Através desses dois canais afeta-se tanto o Banco Central, como também os agentes privados da Rússia.

Quanto ao Sistema Swift, é preciso explicar que esse sistema se trata de uma sociedade cooperativa internacional, que conecta cerca de 11.000 bancos e instituições em mais de 200 países, padronizando transações financeiras internacionais e criando

os canais de comunicação entre seus membros. A sanção de suspensão de acesso dos agentes econômicos russos ao Swift tem o intuito de levar a que as empresas russas percam o acesso às transações normais e instantâneas fornecidas pelo sistema, afetando toda a cadeia de recebimentos e pagamentos internacionais.

No que se refere ao congelamento das reservas internacionais da Rússia, países ocidentais (Estados Unidos, a União Europeia e o Reino Unido) congelaram os ativos do Banco Central Russo para impedi-lo de usar seus US\$ 630 bilhões de reservas em moeda estrangeira. Essas reservas são compostas por ativos e também por depósitos denominados essencialmente em dólar, euro, libra e yuan, além de 2.300 toneladas de ouro. É importante comentar que cerca de 14% das reservas cambiais estavam mantidas na China no início de 2022. De outra parte, o ouro (US\$ 130 bilhões) é mantido na própria Rússia, sendo que esse ativo e os yuans não foram atingidos pelas sanções.

No entanto, quase 60% das reservas do BCR estão em dólares, euros ou libras esterlinas, de forma que mais da metade das reservas do BCR foram neutralizadas pelas sanções.

Um dos debates que surge é que essa intervenção, que envolve tratar a divisa internacional mais importante como uma arma, pode gerar desconfianças quanto ao papel do dólar como centro do Sistema Monetário Internacional. De fato, nos últimos anos, Washington tem utilizado a estratégia de *weaponization* das finanças para combater seus inimigos, usando o domínio global do dólar para cortar as autoridades monetárias do Irã, Venezuela e Afeganistão do acesso às suas próprias reservas.

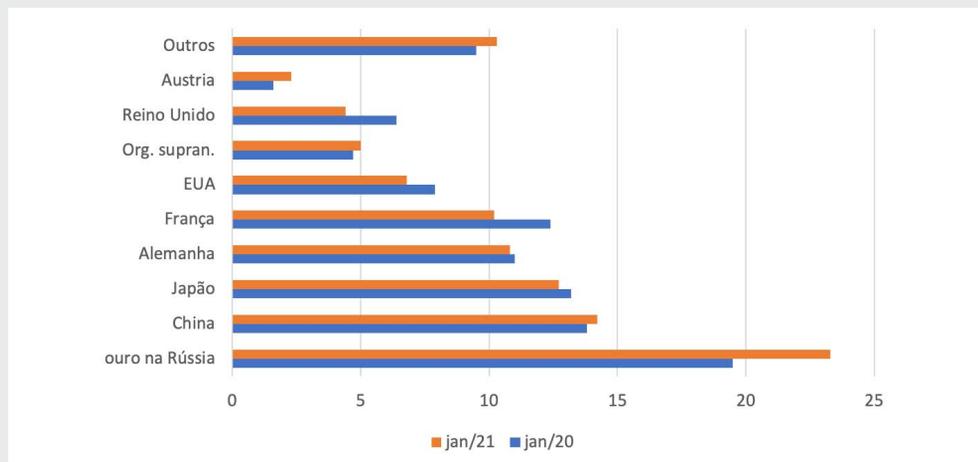
Agora, estendeu essa estratégia à Rússia, mas essa ação apresenta uma diferen-



“

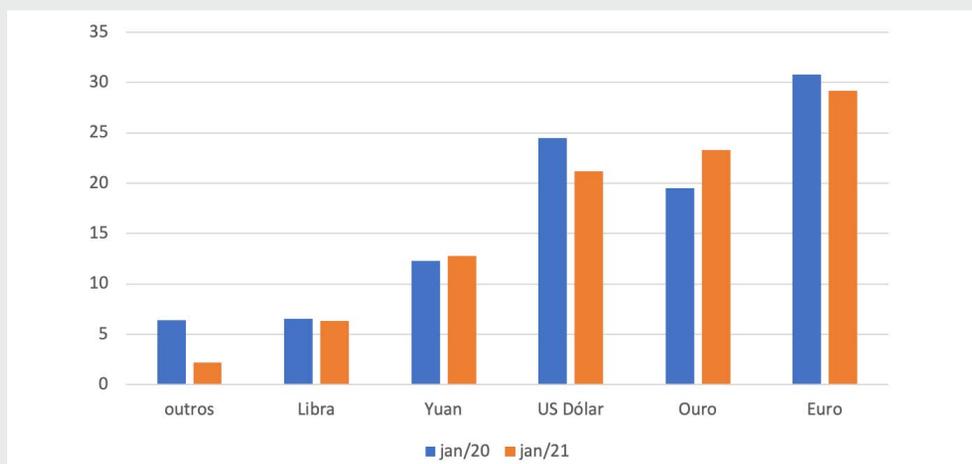
Um dos debates que surge é que essa intervenção, que envolve tratar a divisa internacional mais importante como uma arma, pode gerar desconfianças quanto ao papel do dólar como centro do Sistema Monetário Internacional.

Gráfico 1- BC Russo: ativos em divisas externas e ouro por país de alocação (em% de seu valor de mercado)



Fonte: Financial Times

Gráfico 2 – BC Russo: ouro e ativos por divisas externas (em% de seu valor de mercado)



Fonte: Financial Times

ça, tendo em vista o tamanho da economia russa, sua posição estratégica na venda de produtos essenciais ao mundo (como energia e trigo) e também ao seu poder bélico e nuclear.

Vários especialistas em finanças pelo mundo têm alertado para o fato de que, ao “armar” explicitamente o dólar dessa maneira, os Estados Unidos e seus aliados teriam enviado a mensagem de que os Bancos Centrais e agentes privados podem não contar

com seus dólares, caso surjam problemas geopolíticos entre os países, tornando o dólar ou aplicações em dólar, menos atraentes como ativos seguros. O argumento é o de que se corre o risco de provocar uma reação que pode minar a moeda americana e dividir o sistema financeiro global em blocos rivais, sendo que países periféricos com grande porte e mercados financeiros complexos como Brasil, Índia e Rússia poderiam ter alternativas de negociações.

Ademais, como a China não aderiu oficialmente às sanções financeiras contra a Rússia, aprofundou-se o debate de que o Yuan/Renminbi poderia ser crescentemente utilizado como uma maneira de contornar as sanções impetradas. Outro debate paralelo é o de que as sanções devem acelerar mudanças institucionais na estrutura do Sistema Monetário Mundial.

No caso dessa última questão, já existem alguns sinais de mudança. Na área de comércio, por exemplo, a Índia tem desenvolvido a ideia de fornecer um *backdoor* de pagamentos para a Rússia. Está sendo analisada a viabilidade de um acordo rupia-rublo; um tipo de compromisso já utilizado no passado, que envolvia trocas de petróleo e outros bens. Outra ação é a de que a própria Rússia tem exigido que as suas vendas de energia sejam pagas em rublo, além de ter avançado na criação de um Sistema Nacional de Cartões de Pagamento (Mir), para processar pagamentos com cartão. Ademais, a China também tem seu próprio sistema de pagamentos, que vem crescendo. Ou seja; mudanças já estão ocorrendo, mas destaca-se que seu alcance ainda é incipiente.

Quanto à dominância do dólar, dados do BIS mostram que os pares de moeda dólar x euro continuam dominando fortemente em nível internacional. Quanto ao perfil das reservas dos bancos centrais do mundo, no final de 2021, 59% das mesmas estavam denominadas em dólar, contra 70% em 2000, o que indica uma diversificação. No entanto, essa diversificação tem sido ainda muito limitada e se deu fundamentalmente na direção do euro. De fato, 20% das Reservas Internacionais dos países estão aplicadas

em euro e as demais moedas têm aplicações muito baixas. Ainda assim, é interessante comentar que o yuan/renmimbi passou a aparecer dentre as principais moedas, mesmo que em proporções muitíssimo menores (menos de 3% do total).

Além de seu volume na denominação em contratos internacionais ser ainda muito baixo, como também ser baixo seu peso como moeda de reserva, uma das questões importantes desse debate é a de que ter o yuan/renmimbi como moeda de efetivo curso internacional exigiria uma Conta Financeira do Balanço de Pagamentos fortemente aberta na China e que a moeda fosse conversível. Isso não ocorre e é improvável que esse país abdique de seu controle sobre a Conta Financeira e também sobre seu próprio sistema financeiro.

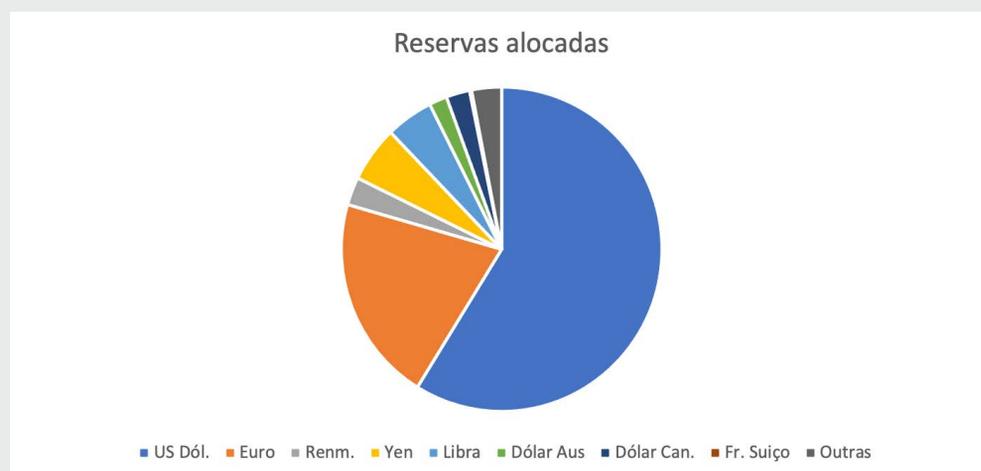
Aliás, grande parte das imensas reservas internacionais chinesas continua aplicada em dólar, especialmente nos Títulos do Tesouro americano, de altíssima liquidez – até por que não há no *front* ativos que tenham a característica de liquidez que os Títulos do Tesouro americano têm. O que se verifica é que grande parte dos detentores de capitais está aplicado em dólar e isso, por si só, é um fator que limita as transformações.

Ou seja, de um lado, é possível considerar que as medidas para congelar as reservas da Rússia marcam uma mudança histórica na condução da política externa americana, rompendo com a ideia da existência de um “mercado livre”. Isso tem o poder de acelerar mudanças institucionais nos mercados financeiros do mundo, favorecendo o avanço de contratos em moedas alternativas e o aparecimento de novas institucionalidades, envolvendo países periféricos. Ademais, explicita que a dominância da moeda é uma questão de poder econômico e bélico. No entanto, esse movimento é lento, ainda que importante.

De outro lado, a curto prazo, o dólar ainda está no centro do sistema!!!!

Nesses termos, a política monetária norte-americana continua afetando fortemente a lógica de aplicação dos detentores de capital, com consequências profundas sobre

Gráfico 3- Reservas internacionais alocadas em US\$ bilhões – Quarto trimestre de 2021



Fonte: FMI

países periféricos, especialmente para aqueles que, como o Brasil, têm mercados financeiros complexos e podem ser fortes atratores de capitais nos momentos de bonança e liquidez internacional, por oferecerem grande potencial de rentabilidade, mas que estão sujeitos a forte volatilidade cambial nos momentos de mudanças de conjuntura.

O momento atual é de volatilidade e de instabilidade à medida que os Estados Unidos, a partir de março de 2022, voltaram a aumentar sua taxa básica de juros para controlar a inflação e a expectativa é a de que esse movimento continue ao longo de 2022 e em 2023. Ainda estamos fortemente subordinados à dinâmica volátil de entrada e saída abrupta de recursos, que não tem nada a ver com questões fiscais e sim com subordinação financeira.

* É professora titular do Ieri/UFU





Andrés Ferrari Haines



Marcelo Pereira Fernandes

A moeda do brutamontes – Por que a Guerra na Ucrânia está colocando em dúvida a hegemonia do dólar?

Andrés Ferrari Haines*
Marcelo Pereira Fernandes**

■ Em 2011, o então presidente do Federal Reserve, Alan Greenspan, afirmou que “os EUA podem pagar qualquer dívida que tenham porque sempre podemos imprimir dinheiro para isso”. As dúvidas sobre a viabilidade financeira dos EUA tornaram-se reiteradas após o crescimento espetacular de sua dívida pública, hoje em US\$ 31,62 trilhões. No entanto, naquela ocasião, uma década atrás, as previsões estavam erradas.

O “privilégio exorbitante”

Os EUA não entraram em *default* porque gozam do “privilégio exorbitante” – como o ministro das Finanças francês Valéry Giscard d’Estaing o chamou em 1965 – de poder manter déficits externos consideráveis de forma sustentada graças a ter, desde a Segunda Guerra Mundial, a “moeda de reserva dominante no mundo”, conforme destacado em um relatório recente do Congresso dos EUA¹.

Em termos concretos, o economista americano Barry Eichengreen descreve claramente a operação desse “privilégio exorbitante”, porque custa aos Estados Unidos “apenas alguns centavos para produzir uma nota de US\$ 100, mas outros países devem pagar US\$ 100 em bens reais para obtê-la”. Peter Coy explica que, assim, “EUA recebem o que equivale a um empréstimo permanente e sem juros do resto do mundo quando os dólares são mantidos fora dos EUA” – chegando à mesma conclusão que Greenspan.

O dólar militarizado

Depois que o então presidente Richard Nixon fechou a “janela de ouro” em 1971 ao acabar com a conversibilidade do dólar em ouro, os EUA estenderam o alcance de sua moeda como principal referência monetária para todos os cantos do planeta. Isso sem que o dólar tenha outra referência além dele mesmo, mas apenas com base, como explica o economista Franklin Serrano, que um dólar “é tão bom quanto um dólar”.

Em particular, a onipresença mundial do dólar possibilitou que a aplicação de sanções econômicas se tornasse a solução de referência para quase todos os problemas de sua política externa. É a onipresença do dólar que viabiliza as sanções que dão origem a um novo tipo de guerra: a militarização do dólar, visando punir nações inimigas. “Dólares sustentam tropas e tropas sustentam dólares”, como diziam David Calleo e Benjamin Rowland.

Castigos e a ordem liberal

Ao impor sanções, os EUA procuram deter o “mau comportamento” e forçar a reabilitação de um país. Por isso, eles comumente tratam isso como “castigo” necessário, verbalizando uma visão de si mesmos como guardiões internacionais responsáveis pela conduta de outras nações. Assim, o governo norte-americano se considera o organizador e implementador de esforços multilaterais para tratar de questões internacionais, fazendo cumprir normas internacionais que sustentam a ordem liberal mundial que considerava que forjou e custodia desde o pós-guerra.



Recentemente, Francis Fukuyama, que ganhou notoriedade anunciando “o fim da história” após a queda do muro de Berlim, analisou o conflito atual na Ucrânia como “a guerra de Putin contra a ordem liberal”. Fukuyama define o liberalismo como uma doutrina surgida no século XVII onde as pessoas “devem tolerar concidadãos com opiniões diferentes das suas”².

Mas Damien Cave, admitindo que a guerra na Ucrânia é um alerta para a ordem liberal internacional, também admite que ela “está em terapia intensiva há muito tempo”³. Enquanto Samuel Goldman considera que a guerra na Ucrânia significa o fim da ordem mundial liberal porque, com a invasão da Rússia, as “regras” do mundo não se aplicariam mais. Goldman mais tarde admite – às críticas que recebeu – que sua sentença de morte contra o liberalismo foi prematura, mas observa que o liberalismo dura apenas no Ocidente, já que “uma das características notáveis da oposição internacional à Rússia é o quanto limitada ela é”⁴.

Para Mikhail Ulyanov, representante russo nas organizações internacionais em Viena, “a ordem mundial baseada em regras” não pode estar morta porque nunca existiu. Foi e continua sendo uma ilusão ocidental, uma tentativa desajeitada de impor regras vagas e desconhecidas à comunidade internacional”.

Ilusões perdidas

Alexander Alimov, representante da Federação Russa nas Nações Unidas em Genebra, brincou que “o mundo inteiro, também conhecido como comunidade internacional, uniu-se contra a Rússia!” colocando apenas as bandeiras dos EUA, Grã-Bretanha e a União Europeia, lembrando que China, Paquistão, Arábia Saudita e Índia não estavam se juntando à cruzada antirussa.

De fato, para esses e outros países não ocidentais, a Otan age com hipocrisia. Primeiro por causa da recusa europeia em aceitar refugiados islâmicos ou africanos da Ucrânia; além disso, eles se sentem rebaixados pelo tratamento da mídia ocidental. Uma compilação de segmentos revela o espanto da mídia ocidental com a invasão russa da “relativamente civilizada” Ucrânia, ao contrário de casos como os que ocorreram

na África, Oriente Médio ou Ásia. Em outro compêndio, o jornalista francês Ulysse Gosset se espantou pelo que o sucedia em “uma cidade europeia... como se estivéssemos no Iraque ou no Afeganistão”.

Além da China, outros países não ocidentais também responsabilizaram a Otan pelo conflito na Ucrânia, como a África do Sul, Irã e Ali Damoush do Hezbollah. A China acompanhou a Rússia ao denunciar as sanções aplicadas como “unilaterais” e ilegais. Zahra Ershadi, a representante iraniana na ONU, chamou as sanções de “crime contra a humanidade”. Além disso, o oficial iraniano Kazem Gharibabadi afirmou que os EUA estão violando praticamente todas as normas do direito internacional e a mídia chinesa Global Times acusou os EUA de atropelar o multilateralismo ao querer expulsar a Rússia do G-20.

Por outro lado, o parlamento do Lêmen exortou a ONU a prestar pelo menos um quarto da atenção que deu à Ucrânia à sua crise humanitária. A mídia iraniana Press TV acusou a Grã-Bretanha de procurar restaurar seu domínio colonial na Ásia Ocidental, perseguindo políticas agressivas e intervencionistas na região, enquanto o deputado iraquiano Hadi al-Ameri reclamou da “interferência contínua” da Grã-Bretanha em seu país. Por sua vez, o presidente argelino, Abdelmadjid Tebboune, prometeu não ceder os direitos de seu país por crimes coloniais franceses contra a Argélia. Essa visão anticolonial foi resumida pelo ex-primeiro-ministro da Malásia Mahathir Mohamad quando declarou: “temos a China como vizinha há 2.000 anos, nunca fomos conquistados por eles. Mas os europeus chegaram em 1509, e em dois anos conquistaram a Malásia.”⁵

Esse sentimento foi expresso sucintamente pelo ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Lavrov: “Se havia alguma ilusão de que um dia poderíamos confiar em nossos parceiros ocidentais, essa ilusão não existe mais”.

União contra o brutamontes do Norte

No Washington Post, Sebastian Mallaby desestimou os que temem que as sanções à Rússia acabem com o dólar como moeda de

reserva mundial porque 60% das reservas cambiais dos bancos centrais são dólares, enquanto nas moedas da China e da Rússia são, respectivamente, 1% e 2%. Além disso, observa que quase três quintos dos depósitos bancários privados em moeda estrangeira são mantidos em dólares.

Uma proporção semelhante de empréstimos corporativos em moeda estrangeira é em dólares. Mallaby conclui observando que o Federal Reserve estima que os estrangeiros detêm cerca de metade do estoque em circulação de notas de dólar. Ademais, embora haja preocupações com a dívida pública no longo prazo, os pagamentos de juros permanecem relativamente baixos.

Mas o que poderia colocar o dólar em risco é a intenção política, como disse o editor do Global Times Wen Sheng, de os países se unirem para enfrentar “o maior brutamontes do mundo, que confia em seu tamanho de mercado e status de moeda de reserva global para ameaçar, coagir, molestar e tirar vantagem dos fracos e desfavorecidos.”⁶ Nesse sentido, Zongyuan Zou e Mihaela Papa identificaram um “eixo antidólar” nos “planos da Rússia e da China para fugir do poder econômico dos EUA”⁷. O acadêmico estadunidense Walter Mead admitiu “que as sanções à Rússia estão colocando o Ocidente contra o resto do mundo.”

O resto do mundo responde

Países que foram objeto da guerra ao terror – que pode ter causado quase seis milhões de mortos, além de ter deslocado outros quase 37 milhões de pessoas – se juntaram a outros que se sentem vítimas do Ocidente na hora de se posicionar na guerra ucraniana. Do lado econômico, eles acharam hipócrita a rejeição ocidental da demanda russa de exigir rublos por sua energia em resposta a sanções, considerando-a uma “violação dos contratos existentes”. Além das ameaças à Índia por não apoiar os EUA em votações na ONU contra a Rússia ou que, dada a ajuda que oferecem à Ucrânia, a China apoie materialmente a Rússia.

Com essa perspectiva, a Rússia já buscava com a China a desdolarização de seus

vínculos econômicos e a criação de um sistema financeiro independente. Agora, passou a explorar a aceitação do yuan chinês por suas exportações de energia e aceitá-lo como depósitos – assim como a Arábia Saudita está considerando fazê-lo, inclusive para denominar o preço de seu petróleo. Isso fortaleceu o sistema chinês Cips como uma alternativa ao Swift, expandido após as sanções – aliviando o efeito sobre a Rússia.

Com a Índia, que ampliou suas compras de petróleo russo, a Rússia está explorando o uso de suas moedas para o comércio e com os países do Brics para integrar seus sistemas de pagamento. Com o Irã – além de abandonar o dólar em seu comércio bilateral – busca abandonar o Swift, controlado pela finança norte-americana. Além disso, a China trabalha com os membros da Asean o uso de suas próprias moedas em suas relações econômicas.

Rei questionado

A secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, enfatizou que os líderes mundiais não podem esperar até o fim do ataque da Rússia à Ucrânia para definir um novo futuro de cooperação internacional. Mas, ao mesmo tempo, ela estipulou que quem não aderir ao “isolamento econômico, financeiro e estratégico” da Rússia implementado por Biden sofrerá as consequências. Esse desejo contrasta com a visão do porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, que afirmou que “não pode haver vácuo ou isolamento completo para a Rússia... O mundo é muito maior que a Europa.”

Desde que Nixon abandonou a convertibilidade em ouro do dólar, ele continuou sendo a referência de preços mundiais, principalmente para o petróleo, dando origem ao chamado petrodólar. Mas hoje, começa a sur-



gir a ideia de que o petroyuan o substituiria.

Embora ainda seja muito cedo para estabelecer tal mudança, a rede televisiva iraniana PressTV afirma que as abordagens entre países para não usar o dólar “certamente abalarão” a hegemonia do dólar, porque as tendências revelam que seu status “como

‘rei do mundo do comércio e do faturamento’ está sendo desafiado”.

* É professor associado do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS e investigador Nebrics.

** É professor do Departamento de Economia da UFRRJ.

1 Cf. Congressional Research Service. *The U.S. Dollar as the World's Dominant Reserve Currency*. 18 de dez. 2020.

2 FUKUYAMA, Francis. *Putin's war on the liberal order*. *Financial Times*. 4 de mar. 2022.

3 <https://www.nytimes.com/2022/03/04/world/ukraine-russia-war-authoritarianism.html>

4 GOLDMAN, Samuel. *Why war in Ukraine means the end of the liberal world order*. *The Week*, 25 de fev. 2022.

5 *I'd side with rich China over fickle US: Malaysia's Mahathir Mohamad*. *Today*, 8 de mar. 2019.

6 SHENG, Wen. *Nations should work together to chip away at dollar's dominance*. *Global Times*. 27 de mar. 2022

7 LIU, Zongyuan Zoe; PAPA, Mihaela. *The Anti-Dollar Axis Russia and China's Plans to Evade U.S. Economic Power*. *Foreign Affairs*, 7 de mar. 2022.

Sobre o futuro de um mundo incerto

Elias Jabbour*

■ Na década de 1990, em meio a uma contrarrevolução de ordem global, o gigante geógrafo e intelectual brasileiro Milton Santos afirmava ser a globalização “o estágio supremo do imperialismo” (Roda Viva, 31/03/1997). A mensagem não ficou clara nem para economistas vulgares e marxistas arrependidos que viviam a celebrar a “globalização”, sem a devida vênia de perceber que esse conceito era parte de um léxico formado por ideias-forças com objetivo estratégico muito claro: a perpetuação do poder mundial dos EUA sobre o mundo. Ignacio Rangel expôs sobre o *reaganomics* e seu laço militarista com grandes semelhanças com o nazismo (“A recuperação americana”, Folha de S. Paulo, 21/04/1983). Em 1990, o mesmo Rangel alertava que a primeira Guerra do Golfo e o neoliberalismo no Brasil e no mundo eram comprovações empíricas da previsão de Georgi Dmitrov, que, em seu julgamento célebre do incêndio do Reichstag, afirmava que uma nova vaga fascista viria “do outro lado do Atlântico” (“Fogo, blindagem e conjuntura”, Geosul, v. 5, n. 10, 1990). Desde então multiplicaram-se as intervenções militares do imperialismo mundo afora, como têm comprovado as pesquisas do mestre José Luís Fiori e do saudoso Luiz Alberto Moniz Bandeira.

Qual a relação de todo esse processo histórico exposto acima e o atual estado da arte do ambiente internacional? Conceitos são construções históricas. Logo, não estaria correto Milton Santos ao perceber que o imperialismo havia adentrado uma forma histórica nova onde a financeirização, a centralização de capitais e a tendência à violência estariam a ganhar novos contornos? Moniz Bandeira estaria distante da verda-

de quando elabora sobre a chamada “desordem mundial” e o espectro da dominação total? Todos não estariam se encontrando com o famoso chefe da 3ª Internacional sobre a vaga fascista emergente do outro lado do Atlântico ou vamos nos enterrar em análises onde a história estaria sendo substituída pelo moralismo (“Putin é um louco”, “Xi Jinping um autocrata”) e pela utopia (a paz mundial como um fim em si mesmo)? O filho de Biden seria um típico empresário schumpeteriano? Enfim, a ação aberta do imperialismo em manter uma ordem mundial cada vez mais distante das mudanças da base material verificadas no mundo nos últimos 40 anos o tem levado a patrocinar o terrorismo fascista de diversas formas. Desde o Batalhão Azov na Ucrânia, o bolsonarismo no Brasil, o Estado Islâmico no Oriente Médio e a tentativa, nas últimas décadas, de transformar a Colômbia em uma espécie de Israel na América do Sul. Sem contar com o amplo apoio de duas pontas de lança deste mesmo fascismo: Israel e Arábia Saudita. Os objetivos, além do poder mundial, são claros: enfrentar e destruir o socialismo (China) e projetos nacionais autônomos (Rússia, em especial)

Evidente que o chamado “futuro do mundo” vai ser marcado por este confronto entre a desordem mundial/caos sistêmico (Arrighi) e a consolidação do socialismo na China e a própria incorporação soberana do território russo ao seu espaço econômico. Eis uma tendência cuja resposta dos EUA seria a expansão da Otan ao Indo-Pacífico e ao Mar do Sul da China a partir da formação da aliança militar Aukos (Estados Unidos, Austrália e Reino Unido). A Europa ocidental caminha a passos largos para um processo de refeudalização por parte dos EUA, com direito à Alemanha ser humilhada pe-



“

Evidente que o chamado “futuro do mundo” vai ser marcado por este confronto entre a desordem mundial/caos sistêmico (Arrighi) e a consolidação do socialismo na China e a própria incorporação soberana do território russo ao seu espaço econômico.



la terceira vez em menos de cem anos. A capacidade de suprir energia limpa à Alemanha por parte do EUA é muito mais limitada do que se imagina. A Rússia ainda é insubstituível no fornecimento de gás a este país. Como se comportará o capital industrial alemão em relação a este processo ainda é algo a se observar. Se os EUA trocaram a política pela ideologia (“nação indispensável”) no início da década de 1990, será que os alemães e seu potente capitalismo vão sucumbir a este nível de chantagem?

Não estamos diante de um caldo que poderá levar a uma 3ª Guerra Mundial, dado o amplo apoio material da Otan ao governo neonazista da Ucrânia, com direito à própria Ucrânia vir a se tornar um *hub* do mercado *underground* de armas para o narcotráfico e crime organizado no mundo inteiro? Creio que sim. Eis o cenário limítrofe a qualquer analista ocupado em observar o conceito se manifestando no movimento real. O conceito é o imperialismo transmutado em fascismo, desordem mundial e caos sistêmico. O movimento é a guerra infinita.

O futuro do mundo passa, necessariamente, pela República Popular da China; a menos interessada na escalada do conflito, de olho no que pode ocorrer em breve em Taiwan e em seu entorno estratégico. No plano original da governança chinesa, um entorno de paz seria necessário até o ano de 2049, momento em que o centenário da República Popular coincidiria com o alcançar dos principais objetivos estratégicos traça-

dos durante o processo que levou o Partido Comunista da China (PCCh) ao poder em 1949. Mas a história não é uma linha reta. A transformação da financeirização como a dinâmica dominante de acumulação no capitalismo tornou a economia internacional mais instável, com crises financeiras menos espaçadas temporalmente e com ocorrências cada vez mais violentas.

A China, por seu turno, foi demonstrando capacidade de inaugurar ondas de inovações institucionais capazes de apontar formas de desatar futuros pontos de estrangulamento de sua economia. Um dos efeitos da financeirização em nível global não pode se resumir à porcentagem do crédito às empresas na China destinado diretamente à produção (estimativas dão conta de algo acima de 90%) em comparação ao parasitismo ocidental (onde 20% do crédito roda por atividades não produtivas). A China criou uma máquina de planificação econômica que conta com cerca de dois milhões de *planners* leais ao PCCh. Da mente dessas pessoas saem as soluções para duas questões existenciais ao projeto chinês: *catching-up* tecnológico e restringir o desemprego a uma circunstância histórica restrita ao capitalismo. Tudo isso se torna menos perturbador com a incorporação de inovações tecnológicas disruptivas à planificação econômica. Com o 5G, o *Big Data*, a Inteligência Artificial e o computador quântico a China inaugura novas e superiores formas de planificação econômica. Uma nova forma histórica de socialismo que ba-

tizamos, em homenagem ao economista brasileiro Ignacio Rangel, de “Nova Economia do Projeto”.

A “paz” acabou cerca de 20 anos antes do previsto e a China, como a Rússia na Ucrânia, se observa diante de desafios existenciais amplamente explorados pelo imperialismo nesta guerra total contra tudo que lhe pareça estranho. Internamente, o desafio do enfrentamento das imensas desigualdades sociais e territoriais tem tido resposta com inovações institucionais voltadas a mudar os esquemas de propriedade no país. Não se trata de uma “onda regulatória”. O Estado absorve e supera o setor privado onde ele passou a ser um empecilho ao processo de desenvolvimento, vide o caso do setor imobiliário. Por outro lado, o imperialismo impõe imensas dificuldades de acesso chinês às bases da indústria de semicondutores. A capacidade de mobilização financeira e institucional chinesa, acrescida de seu mercado interno, nos leva a ser otimistas na vitória chinesa nesta guerra tecnológica. O papel central de Taiwan nesta contenda e a disposição dos EUA em cercar a China por todas as vias produz outras “linhas vermelhas”. A ver. Ninguém duvida da possibilidade do pior nesta história, afinal os EUA são o maior poder corrompedor e destrutivo da história humana.

Quanto ao Brasil, de forma breve, nos cabe derrotar Bolsonaro e começar a formar uma nova maioria política em torno de grandes questões. Nosso problema é político, não de demanda agregada.

** É professor dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Econômicas (PPGCE) e em Relações Internacionais (PPGRI) da Uerj e autor, com Alberto Gabriele, de China: o socialismo do século XXI (Boitempo Editorial, 2021) e Socialist Economic Development in the 21st Century - A Century after the Bolshevik Revolution (Routledge, 2022).*



As circunstâncias da guerra: a questão da estagnação da economia russa

Numa Mazat*

Cristina Fróes de Borja Reis**

■ Para tentar explicar a Guerra da Ucrânia, não se pode deixar de lado a análise do ciclo econômico e social russo no período pós-soviético.

Como boa parte dos Estados que nasceram do colapso da URSS, a Rússia adotou, depois de 1991, um modelo de transição acelerada para o capitalismo através do chamado 'Tratamento de Choque', sob a presidência de Boris Iéltsin. O conjunto de reformas, com a liberalização dos preços, uma abertura comercial e financeira irrestrita, a privatização de boa parte das empresas estatais (que eram responsáveis até então pela quase totalidade da produção) e a adoção de políticas macroeconômicas e fiscais muito restritivas levou a uma queda acumulada do PIB de 39,6% entre 1992 e 1998¹. A desmonetização parcial da economia, a inflação, o aumento dos índices de pobreza e de desigualdade na distribuição de renda e o enfraquecimento do Estado russo evidenciam o fracasso do 'Tratamento de Choque', que culminou com a crise de balanço de pagamentos de 1998.

A fase de recuperação econômica que seguiu esse colapso é demonstrada por uma média anual da taxa de crescimento do PIB russo de 6,9% entre 1999 e 2008. Esse desempenho é muitas vezes diretamente atribuído somente ao aumento dos preços internacionais das matérias-primas observado na década de 2000. Porém, mesmo se o crescimento acelerado das exportações e a melhoria contínua nos termos de troca contribuíram para aliviar a restrição externa russa, seu efeito direto sobre a expansão econômica do país parece mais limitado. O mecanismo de transmissão é na verdade mais sutil

e indireto. O 'nacionalismo dos recursos naturais'² praticado na Rússia depois da chegada de Vladimir Putin ao poder se traduziu em um maior controle estatal sobre os setores estratégicos exportadores, em particular na área energética. A elevação da tributação sobre as exportações de *commodities* foi fundamental para o forte aumento do gasto público realizado nesse período, estabelecendo uma alta correlação entre o ritmo de crescimento russo e a evolução dos preços internacionais do petróleo e do gás, reforçada pela aversão do novo regime ao déficit fiscal. Esse crescimento do gasto público estimulou outros componentes da demanda efetiva como o consumo e o investimento, configurando uma política econômica expansionista que proporcionou, também, uma remonetização rápida do país. Outro pilar importante dessa fase de recuperação da economia russa passou pela melhor administração do balanço de pagamentos, como a implementação de um regime cambial de flutuação administrada, a acumulação de reservas internacionais consideráveis e o pagamento adiantado da dívida externa pública. Essas medidas foram, aliás, fundamentais para melhorar os indicadores socioeconômicos no período e evitar que a crise financeira mundial se transformasse em crise de balanço de pagamentos em 2008.

O sucesso econômico da Rússia na década de 2000, associado à reconstituição do poder de atuação do Estado no cenário doméstico e internacional, foram fundamentais para garantir a Vladimir Putin uma grande adesão na população do país. A reconstrução parcial de um estado de bem-estar social, mesmo que muito atrofiado em relação ao período soviético, participou desse movimento. O problema é que, depois da



Numa Mazat



Cristina Fróes de Borja Reis



CLIQUE E OUÇA

crise financeira global de 2008, o ritmo de crescimento da economia russa caiu consideravelmente, com uma taxa média pouco acima de 1% entre 2009 e 2019. Essa desaceleração tem suas raízes na elevada correlação entre o valor das exportações e as receitas fiscais, que criou uma forte limitação nos gastos públicos por conta da degradação dos termos de troca russos observada em boa parte da década de 2010. A resistência em relação às políticas econômicas anticíclicas por parte do governo russo levou a uma ampliação automática dos efeitos negativos da degradação da posição externa sobre a demanda efetiva doméstica. Além disso, os elementos de vulnerabilidade externa estrutural foram ampliados pela manutenção da abertura financeira externa herdada do período do ‘Tratamento de Choque’, com um estoque grande de créditos privados russos denominados em moeda estrangeira, particularmente para financiar projetos de construção civil.

Do ponto de vista estrutural, mesmo se a pauta exportadora russa continuou se primarizando durante o período de ‘recuperação nacionalista’³, houve uma forte retomada da produção industrial, que cresceu a uma taxa anual média de 17,6% entre 1999 e 2008⁴, puxada pelo dinamismo do consumo, do investimento residencial e do setor energético. A inserção geopolítica mais assertiva da Rússia levou, também, a uma ampliação constante do complexo militar industrial depois de uma década de encolhimento. Porém, é notável que a dificuldade já enfrentada pelo país durante o período soviético para difundir tecnologia de origem militar para aplicações civis continuou presente nas últimas duas décadas. As políticas industriais e tecnológicas voltadas para reduzir o atraso tecnológico do sistema produtivo não foram bem-sucedidas, tirando em algumas áreas muito específicas. Uma forma de resolver parcialmente esse problema foi através de incentivos ao investimento direto estrangeiro (IED), fazendo com que empresas multinacionais de outros países ampliassem sua participação na indústria doméstica, sobretudo na produção de bens de consumo e de bens de consumo duráveis, mesmo se o setor de bens de capital só escapou parcialmente dessa tendência.

Essa estratégia provocou uma inserção mais integrada nas cadeias globais de valor (CGV), marcada também por uma forte dependência em relação às peças e componentes importados e produzidos por firmas oriundas de países aliados dos Estados Unidos.

Assim, a participação da economia russa em CGV se fez bastante limitada porque, por um lado, firmou-se fornecedora predominantemente de matérias-primas e bens intermediários simples que são amplamente utilizados por outros países para fabricar produtos com alto grau de processamento e maior intensidade tecnológica; por outro lado, suas importações denotam-na como consumidora destas últimas indústrias – notadamente, produtos eletrônicos, equipamentos de transporte, produtos químicos e farmacêuticos. Os maiores parceiros comerciais de bens e serviços da Rússia são, tanto em termos de exportação quanto de importação, China, Alemanha e EUA, mas sendo que o grupo dos 28 países da União Europeia respondia por quase a metade das importações russas (dados TIVA/ OCDE, atualizados até 2018). Nos últimos anos, apesar dos esforços das políticas russas em diversificar a composição setorial da entrada de IED e ampliar a infraestrutura (inclusive transfronteiriça com China, Finlândia e Europa), o setor de petróleo e gás manteve-se como principal destino. De acordo com o relatório da Unctad de 2021, a desaceleração econômica severa em 2020 afetou os investimentos estrangeiros em indústrias de alta tecnologia, de forma que a maioria dos projetos iniciados pelo Fundo estatal russo de investimento direto no desenvolvimento da inteligência artificial, agronegócio e energia renovável com parceiros estrangeiros foi congelada antes mesmo das sanções por causa da guerra. Ora, diante dessas relações mais dependentes de investimento, produção e comércio, a crescente tensão geopolítica entre a Otan e a Rússia tornou essa situação potencialmente perigosa, o que passariam a demonstrar as sanções comerciais e financeiras tomadas ulteriormente contra o país, bem como o contexto adverso imposto pela pandemia sobre diversas cadeias de valor internacionalizadas.

É fundamental lembrar, também, que os problemas sociais se ampliaram nos anos 2010 e permanecem grandes na Rússia atual. A falta de crescimento econômico mantém uma parte da população em situação de pobreza profunda, seja nos espaços rurais ou urbanos; as transferências sociais continuam baixas e a qualidade dos serviços públicos tende a se degradar. A impopular reforma da previdência sancionada por Vladimir Putin em 2018 fornece um bom exemplo da deterioração da situação social na década de 2010. A radicalização da política interna e externa do regime russo parece ser assim uma tentativa de resposta ao desgaste da economia russa nesses últimos anos⁵. Mas a busca pelo apoio popular através de uma atuação geopolítica ativa e a tentativa de incorporação de novos territórios levou, também, a um antagonismo crescente entre a Rússia e os países aliados dos Estados Unidos. Assim, a invasão da Ucrânia marcou uma escalada nas sanções contra a economia russa, que prometem atingir duramente o país, apesar da sua já estabelecida aproximação com a China, e aprofundar ainda mais seu processo de estagnação econômica.

* É professor adjunto do Instituto de Economia da UFRJ (IE-UFRJ), com pós-doutorado na Universidade Columbia (NY).

** É professora adjunta da Universidade Federal do ABC, com pós-doutorado através da International Post-Doc Initiative/Marie Curie Actions na Universidade Técnica de Berlim.

1 Cálculos próprios a partir de World Bank (2022) World Bank data. Disponível em: <http://data.worldbank.org/>

2 Ver Medeiros, C. A. (2013). *Recursos naturais, nacionalismo e estratégias de desenvolvimento*. Oikos, Rio de Janeiro, 12(2), 143-167.

3 Ver para maiores detalhes Mazat, N. & Serrano, F. (2014) *A Potência Vulnerável: Padrões de Investimento e Mudança Estrutural da União Soviética a Federação Russa*. In: Bielschowsky, R. *Padrões de Investimento e de Transformação Estrutural nos Países Emergentes*. Brasília: CEPAL/CGEE.

4 Mazat, N. & Serrano, F. (2017, p. 246) *A macroeconomia da Federação Russa: do tratamento de choque à recuperação nacionalista. Uma interpretação heterodoxa*. Revista Tempo do Mundo, v. 3, n. 1, p. 217-256.

5 Ver também Durand, C. (2022) *Cold peace. Dynamics of the Russian political economy*. New Left Review (16 March).

Homenagem a Aliedo Kammar

■ O ilustrador, cartunista e amigo Aliedo Kammar faleceu em 18 de abril aos 68 anos, em decorrência de um infarto. Aliedo trabalhou em vários veículos, como Jornal do Brasil, O Pasquim e Correio do Povo, mas sua casa era o Jornal dos Economistas.

Há quase 20 anos ilustrou pela primeira vez uma capa do nosso jornal, a da edição de setembro de 2002, sobre “Os 8 anos de FHC”. Nessas duas décadas, nos brindou com desenhos que faziam uma crônica dos acontecimentos políticos, econômicos e sociais do Brasil e do mundo, sempre com fina ironia.

Nessas páginas, expomos algumas das capas emblemáticas de Aliedo Kammar no Jornal dos Economistas.



JE **Jornal dos Economistas**
 Nº 217 Setembro de 2019 Edição Especial de Economia & Sustentabilidade

Transição para uma economia de baixo carbono

Rogério Studart, Roberto Vímios, Ken Berlin, Ivo Leibaupin, Jean-Charles Hourcade e Emílio Laabe
 La Rovere analisa os aspectos econômicos das mudanças climáticas.



JE **Jornal dos Economistas**
 Nº 218 Janeiro de 2020 Edição Especial de Economia & Sustentabilidade

Economia brasileira em 2016

Marcos Pochmann, Antonio Cordeiro de Lacerda, Victor Leonardo de Araújo, Denise Lobato Gentil, A. Sérgio Barroso e Fórum Popular do Orçamento discutem sobre os cenários para a economia do país



Artigo de Carlos Teuch sobre a cooperação das empresas com a indústria têxtil alemã da Volkswagen
 Página 11

JE **Jornal dos Economistas**
 Nº 202 Junho de 2019 Edição Especial de Economia & Sustentabilidade

Estado do Rio de Janeiro

Mauro Oortiz, Henrique Rabêlo, Maria Helena Versiani, Wáldecir Carneiro, Thiago Marques, Bruno Leonardo Sobral e o FPO analisam a falência do governo do estado e as dificuldades da economia fluminense.



Resumo do trabalho técnico colocado no Prêmio da Monografia Carlos Furtado

JE **Jornal dos Economistas**
 Nº 201 Junho de 2019 Edição Especial de Economia & Sustentabilidade

Ponte para o Passado

Célio Amorim, Marcelo Catachobó, Anísio Cordeiro de Lacerda, Marcos Pochmann, Arthur Koblitz, Carlos Pindado de Barros, J. Carlos de Araújo e o Fórum Popular do Orçamento analisam as políticas do governo interino, antecipadas no documento Uma Ponte para o Futuro



JE **Jornal dos Economistas**
 Nº 208 Setembro de 2019 Edição Especial de Economia & Sustentabilidade

Caminhos para superar a crise

Luiz Fernando de Paula, Eduardo Amendola, Anísio Cordeiro de Lacerda, Fernando Cardim, Marcos Pochmann e Cláudio Dedecca discutem a crise e propostas para sua superação



Monografia de Paula Pochmann analisa propostas do aumento do salário mínimo no mercado de trabalho
 FPO aponta que queda nos investimentos em 19 e o déficit fiscal para o cenário econômico no Estado do Rio
 João Roberto Lopes Pinto resumo de livro 1976 que apresenta propostas para uma cidade inclusiva

JE **Jornal dos Economistas**
 Nº 209 Setembro de 2017 Edição Especial de Economia & Sustentabilidade

O mundo (e o Brasil) sob Trump

Marcelo Paído, Francisco Carlos Teixeira Di Silva, Samuel Pinheiro Guimarães e Bernardo Kocher analisam os impactos econômicos e políticos do tsunami Trump

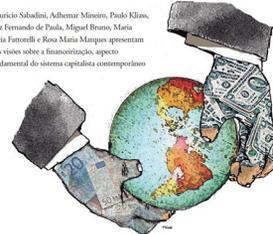


Artigo do Fórum sintetiza o conteúdo do debate "E agora, Democracia?"

JE **Jornal dos Economistas**
 Nº 210 Setembro de 2017 Edição Especial de Economia & Sustentabilidade

O mundo financeirizado

Maurício Saladini, Adhemar Mineiro, Paulo Klans, Luiz Fernando de Paula, Miguel Bruno, Maria Lucia Fontovelli e Rosa Maria Marques apresentam sua visão sobre a financeirização, aspecto fundamental do sistema capitalista contemporâneo



Fórum analisa as prioridades econômicas do governo Cidely

JE **Jornal dos Economistas**
 Nº 216 Novembro de 2019 Edição Especial de Economia & Sustentabilidade

Qual é o lugar do Brasil no mundo?

Paulo Negatista Brites Jr., Williams Gonçalves, Carlos Senoz, Bernardo Kocher, Igor Fuser e Francisco Carlos Teixeira discutem a inserção do nosso país na economia e política global



FPO investiga as causas das dificuldades atuais da mineração e analisa a Lei Orçamentária Anual 2019

JE **Jornal dos Economistas**
 Nº 203 Dezembro de 2019 Edição Especial de Economia & Sustentabilidade

Uma ponte para...

Marcos Pochmann, Paulo Panatierho, Ricardo Barreto, Anísio Cordeiro de Lacerda e Carlos Pindado de Barros analisam as políticas econômicas do governo Temer, cuja inspiração foi o programa Uma Ponte para o Futuro.



Fórum identifica as responsabilidades de Paulo e Cidely para o caos fiscal no Rio de Janeiro

JE **Jornal dos Economistas**
 Nº 200 Março de 2019 Edição Especial de Economia & Sustentabilidade

"Novos" rumos da economia

Paulo Negatista Brites Jr., Marcelo Dias Catachobó, Adhemar S. Mineiro, Giorgio Romano Salame e Denise Garcia Mouton discutem as primeiras medidas e as sinalizações do novo governo e seus impactos internos e nas relações e comércio internacionais do país.



Fórum analisa os argumentos municipais e estaduais para os municípios

JE **Jornal dos Economistas**
 Nº 204 Junho de 2019 Edição Especial de Economia & Sustentabilidade

Privatização escancarada

Laila Dworkin, Marcos Pochmann, Anísio Cordeiro de Lacerda, Adhemar Mineiro e Marcelo Catachobó discutem o processo de privatização, radicalizado no governo atual.



Primeiro artigo de série do Fórum sobre o orçamento da cidade analisa a dívida pública

JE **Jornal dos Economistas**
 Nº 202 Junho de 2019 Edição Especial de Economia & Sustentabilidade

A Economia sob Bolsonaro

Plínio de Arruda Sampaio Jr., Victor Leonardo de Araújo, Roberto Senoz, Luiz Fernando de Paula e Roberto Requeijo traçam cenários econômicos e políticos para os próximos anos do novo governo.



Fórum investiga a política econômica da Prefeitura do Rio de Janeiro para a Saúde
 Trabalho de Lucas de Carvalho Martins, em dois documentos do JPE do Fórum da Monografia

JE **Jornal dos Economistas**
 Nº 211 Junho de 2020 Edição Especial de Economia & Sustentabilidade

A crise no Estado do Rio de Janeiro

Mauro Oortiz, Maria Helena Versiani, Leticianier Erthal, Alexandre Freitas, Marcelo A. Filho, Bruno Sobral, Inat Sanchez, Juliano Cabral, Everson Monteforte, Maria Virginia Cabral e Fórum Popular do Orçamento apresentam um dossiê sobre os efeitos da pandemia no RJ.



JE **Jornal dos Economistas**
 Nº 210 Junho de 2020 Edição Especial de Economia & Sustentabilidade

Tragédia brasileira

Plínio de Arruda Sampaio Jr., Luiz Filgueiras, Tullio Dworkin, João Sassi, Carlos Grabois Galdino e Anísio Cordeiro de Lacerda analisam a situação econômica, social, política e moral em curso no Brasil.



Fórum analisa a estrutura e orçamento do SUS no Estado do Rio de Janeiro

JE **Jornal dos Economistas**
 Nº 206 Junho de 2020 Edição Especial de Economia & Sustentabilidade

Falta de Consenso em Washington

Joel Rubens Dantas Goulfey, Andréia Moreira Cunha, André Ferreira, Debora Gurgas, Ana Garcia, Carlos Eduardo Martins, Bernardo Kocher e Daniel Negreiros Conceição discutem as opções de investimento e o impacto do governo Biden mantendo uma ganância histórica em 60 anos de neoliberalismo, a durabilidade e a identidade das políticas e seus impactos internos e externos.



Fórum analisa o impacto das políticas públicas nos dados de inflação interanual no Rio de Janeiro

JE **Jornal dos Economistas**
 Nº 207 Novembro de 2019 Edição Especial de Economia & Sustentabilidade

Inflação dos pobres

Paulo Jager, Fernando Amorim Teixeira, Victor Leonardo de Araújo, Maria Silva Amaral, Débora Pinheiro e Camilla de Cássia de Azevedo discutem a crise econômica brasileira, em particular a elevação da taxa de inflação e seus impactos sociais.



Fórum analisa a Segurança Pública sob o risco de desintegração social e social
 Resumo da monografia apresentada de Natalia Ferreira Fogaça, do FPO-RJ